

Estratégia de saúde para um futuro próximo

José Aranda da Silva, Victor Ramos

Diário de Notícias, Julho de 2020

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) cumpriu o seu papel durante o período do impacto inicial da pandemia. Evitou situações trágicas como as ocorridas em alguns países. Mostrou grande resiliência e adaptabilidade e conseguiu responder ao desafio imediato, superando dificuldades acumuladas em recursos humanos e equipamento.

A resposta dada foi global, dos cuidados de saúde primários, da rede de saúde pública, dos hospitais, das autarquias, das farmácias e de vários outros sectores e esse terá sido um fator decisivo para que a etapa inicial corresse bem.

Agora, no período de transição denominado “desconfinamento” tem-se sentido a necessidade de uma estratégia de saúde pública explícita e adequável à complexidade e à multiplicidade de atores, de dinâmicas e de contextos, bem como às várias possibilidades evolutivas locais e gerais da pandemia.

A diferenciação das medidas adotadas nas últimas semanas e o seu mapeamento a nível de freguesia têm ocorrido de modo reativo. Haveria vantagem numa antecipação orientadora das medidas a tomar.

É, por isso, importante dispor de uma estratégia de saúde pública para 2020-2021 que preveja os diferentes níveis de risco e os associe a intervenções pré-definidas sempre que se verifiquem alterações epidemiológicas locais. Isto é, devem estar definidas de modo preciso as medidas a acionar de acordo com o grau de risco.

Tendo em conta reflexões já conhecidas a nível nacional e internacional sobre esta matéria, esta estratégia deverá incluir os seguintes aspetos:

1. Níveis de risco de infeção, em termos nacionais, regionais e locais – que permitam pré-definir por parte das autoridades as medidas correspondentes a cada nível e aos cidadãos assumir os comportamentos correspondentes à situação epidemiológica a que estão expostos;

2. Aspetos específicos de promoção e de proteção da saúde – relativos a grupos populacionais específicos: as crianças que precisam de ir à escola, os jovens que precisam de viver para amadurecer, os que vivem em condições habitacionais, de transporte e emprego particularmente suscetíveis à infeção, os profissionais de saúde em geral e os cuidadores dos mais idosos, os mais idosos e os portadores de múltiplas patologias que precisam de se proteger mas que não podem desistir de viver;

3. Resposta às desigualdade sociais – com atenção muito especial aos efeitos do aumento do desemprego e às múltiplas formas de pobreza que irão agravar-se na sociedade portuguesa, com consequências conhecidas na saúde;

4. Literacia em saúde, envolvimento da comunidade e das pessoas – entre as seis orientações gerais emitidas pela Organização Mundial da Saúde, consta a seguinte: “that communities are fully educated, engaged and empowered to adjust to the “new norm”. Esta dimensão é indispensável nas respostas às crises de saúde pública;

5. Um Serviço Nacional de Saúde (SNS) para o presente e para o futuro – a resposta do SNS terá de incluir simultaneamente o desafio da COVID-19, os cuidados por prestar nos últimos meses, a patologia sazonal própria do Outono e do Inverno e as transformações necessárias para fazer face às múltiplas questões de saúde, dependência e fragilidade que acompanham o envelhecimento;

6. Saúde pública e economia – com harmonização nas estratégias orçamentais entre as boas contas públicas, o crescimento económico e o bem-estar;

7. Faseamento 2020-2021 – acautelando, entre outros aspetos, as variações sazonais e a inovação tecnológica, particularmente no domínio dos medicamentos e das vacinas.

A resposta à Covid-19 condicionou uma situação crítica no SNS. Os cuidados de saúde, para muitos doentes, ficaram adiados, quer nos cuidados de saúde primários quer a nível hospitalar. Estas situações devem ser revertidas com a máxima celeridade.

Estão em discussão pública uma proposta de “Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal” e o orçamento para 2021. O projeto de Plano considera que o Estado “deve tratar os serviços públicos em especial o Serviço Nacional de Saúde como um investimento e não como um passivo.” É o momento para aprofundar e desenvolver a componente da Saúde em interligação com os outros componentes estratégicos de planeamento e de investimento.

Paralelamente há que ter em conta o Orçamento de Estado e os recursos a disponibilizar pela União Europeia.

É absolutamente decisivo assegurar um planeamento estratégico expedito que maximize e otimize todas as oportunidades e recursos. Um plano estratégico de saúde pública para o controlo da pandemia é indissociável de um plano mais abrangente, que preveja e oriente a atuação sobre os fatores determinantes que influenciam a Saúde, o desenvolvimento e a adaptação do SNS e do sistema de saúde às realidades que vão surgindo ao longo do tempo. Para a sua concretização conviria responsabilizar uma estrutura permanente do Ministério da Saúde que reúna as competências necessárias e garanta coerência e continuidade de ação ao longo do tempo.

